

DESAFIOS EMPRESARIAIS E SUGESTÕES DE POLÍTICAS FRENTE A PANDEMIA DE COVID-19

Daniel Amorim Souza Centurião¹

Caroline Welter²

Mateus Abrita³

RESUMO: Diante do difícil momento enfrentado em decorrência dos reflexos da pandemia, o propósito deste trabalho é melhor entender os impactos da pandemia nos negócios, por meio da análise exploratória de dados primários. Para tal, utilizou-se um levantamento primário de dados, a partir de um instrumento de coleta de dados estruturado e posteriormente a aplicação de elementos de análises de estatística descritiva. Após a coleta e análise das informações foi possível constatar que a crise gerou um grande impacto em termos de queda no faturamento, uma grande dificuldade em relação ao acesso ao crédito, além de uma elevada preocupação com o capital de giro e fluxo de caixa, também enormes dificuldades de pagamentos de impostos, salários e despesas correntes. Por fim, um impacto mais relevante nas menores empresas. Portanto, a falta de efetividade da atuação do Estado pode ser determinante para o agravamento desta crise.

Palavras Chave: Impactos econômicos; Pandemia; Pequenas Empresas.

ABSTRACT: In view of the difficult moment faced due to the reflexes of the pandemic, the purpose of this work is to better understand the impacts of the pandemic on business, through the exploratory analysis of primary data. For this purpose, a primary data survey was used, using a structured data collection instrument and subsequently the application of elements of descriptive statistical analysis. After collecting and analyzing the information, it was possible to verify that the crisis had a great impact in terms of falling revenues, a great difficulty in relation to access to credit, in addition to a high concern with working capital and cash flow, also enormous difficulties in paying taxes, wages and current expenses. Finally, a more relevant impact on smaller companies. Therefore, the lack of effectiveness of the State's action can be decisive for the worsening of this crisis.

Keywords: Economic impacts; Pandemic; Small business.

Data da submissão: 15-07-2020

Data do aceite: 30-08-2020

1. INTRODUÇÃO

No dia 11 de março de 2020 o diretor geral da Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia do novo coronavírus, chamado de Covid-19 ou Sars-Cov-2. Esta pandemia, que também chegou ao Brasil, certamente trás desafios e impactos tanto sanitários, quanto socioeconômicos para todos os setores da sociedade.

As intervenções de políticas econômicas podem ser fundamentais para reaquecer a economia, partindo da premissa de que os pequenos negócios estão sendo afetados. Sobretudo neste momento gravíssimo de pandemia, em que as projeções do PIB – Produto Interno Bruto, já sinalizam uma retração enorme, conforme sinaliza o boletim FOCUS. É muito importante melhor compreender o setor empresarial e produtivo para propor políticas econômicas que possam minimizar tais impactos e contribuir na recuperação econômica, e mais, garantir que as mesmas tenham inserção e efeito no meio empresarial.

¹ Mestre em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

² Mestrado em Economia (UNIOESTE).

³ Professor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS/ Campus Campo Grande)

Nesse contexto, uma importante questão é justamente como a pandemia está afetando as empresas? Este texto terá como propósito buscar melhor compreender os impactos da pandemia nos negócios, sobretudo pequenos, por meio da análise exploratória de dados primários coletados durante duas fases de medidas de *lockdown* com o intuito de contenção da pandemia.

O texto está estruturado em quatro partes além desta introdução. A seguir serão a expostos os métodos, as análises de dados obtidos através da pesquisa e por fim serão apresentadas as considerações finais, principais observações e sugestões de políticas públicas com vistas a minimizar os impactos negativos da pandemia na economia visando a recuperação econômica.

2. ESTADO E CRISES ECONÔMICAS

Esta delicada situação traz à tona um antigo debate em economia, e antes de entrarmos na questão central do texto, é importante realizar uma pequena contextualização de ordem histórica para apresentar a questão da intervenção econômica. Após a grande depressão econômica de 1929, existia um debate na economia norte americana e no mundo, o estado deve ou não intervir na economia em momentos de crise? Este debate ainda é atual. Em março de 1933 o presidente Franklin D. Roosevelt lançou as frases “*Only thing we have to fear is fear itself*” e “*This Nation asks for action, and action now*”, numa tradução livre, ele argumentava que o único medo que devemos ter é de ter medo e que a nação clamava por ações enérgicas e ação rápidas. Isso tudo, anunciava um grande pacote de intervenção do Estado na economia norte americana para recuperá-la da grande depressão econômica.

Por um lado, alguns autores liberais como Friedrich Hayek (1977) argumentavam que o ser humano era tão tolo que qualquer tentativa de corrigir uma crise acarretaria necessariamente em outra crise e talvez maior. Ou seja, defendia a não intervenção. Já outro pensador econômico defensor do capitalismo, mas um capitalismo com intervenções nos momentos de crise foi John Maynard Keynes. Keynes (1936) era um lorde inglês com rigorosa formação matemática e econômica. A famosa frase do Keynes nunca fez tanto sentido literal no contexto do Brasil e do mundo recente. Ao justificar que o Estado deve intervir na economia e tirar o país da recessão, Keynes foi questionado se isso não geraria dívidas e problemas para o longo prazo, ele contra-argumentou “No Longo Prazo todos estaremos mortos”, sugerindo assim, a resolução dos problemas do presente para que exista um longo prazo.

Analisando a linha de pensamento da escola neoclássica a qual surge no final do século XIX, Simonsen (1983) expõe que existem três pilares fundamentais que são o sustentáculo do pensamento neoclássico: no ponto em que se igualam a oferta e demanda por mão de obra, as forças de mercado equilibram a economia quando no pleno emprego; as flutuações das variáveis reais da economia e os preços relativos são independentes da política monetária; e a quantidade de moeda na economia influencia apenas o nível geral de preços, não tendo impacto nas variáveis reais. De acordo com este entendimento da escola neoclássica, o *laissez-faire*, ou seja, a não intervenção do estado na economia, era a melhor decisão a ser tomada para resolver os problemas do desemprego, a política monetária deveria ser orientada para manter a estabilidade dos preços unicamente e com isso a inflação era explicada pelo excesso de oferta de moeda sobre o produtor real e assim facilmente contornada por parte das autoridades monetárias.

Já uma das linhas de pensamento que defendiam a atuação do estado na economia, sobretudo nas crises, são ditas Keynesianas. A contribuição de Keynes para as ciências econômicas, afirma Snowdon e Vane (2005), gerou um debate de no mínimo setenta anos desde a publicação do livro Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda em fevereiro de 1936. Alguns economistas defendem que a visão de Keynes foi o evento mais significativo do século XX para o estudo da economia, atribuindo-lhe a criação da macroeconomia. Keynes (1982) argumenta que o pensamento clássico e neoclássico, no qual o próprio autor se formou, possui em seus alicerces postulados equivocados, para o caso geral, e que seriam úteis para explicar apenas uma situação especial, não explicando a realidade econômica.

É válido apontar que de acordo com Simonsen (1983), a macroeconomia neoclássica chegou a um impasse quando ocorreu a crise de 1930, a economia dos Estados Unidos apresentou índices de desemprego da ordem de 25%, o *Laissez-Faire* se mostrou equivocado para assegurar o pleno emprego. De acordo com Snowdon e Vane (2005), algumas das principais ideias de Keynes são: uma conduta de estabilização por meio de política fiscal é desejável em detrimento a política monetária, pois esta levaria mais tempo para surtir efeito, enquanto aquela atuaria diretamente na demanda agregada de maneira mais rápida e previsível. a economia não caminha rapidamente ao

pleno emprego, se a economia ficar flutuando livremente o pleno emprego demorará um grande período de tempo para encontrar o equilíbrio; o nível agregado de produção e emprego é essencialmente determinado pela demanda agregada da economia e intervenções no nível de demanda por parte das autoridades é interessante para se atingir o pleno emprego; a economia sofre com choques adversos e é inerentemente instável, esses choques são oriundos de mudanças na eficiência marginal do investimento, na mudança de confiança dos empresários ou, o que Keynes chamou de espírito animal dos investidores.

Furtado (2007) aponta que um exemplo simbólico foi dado pelo Brasil, quando adotou uma política anticíclica no período da grande depressão, chamado “queima de café”. Ou seja, uma medida que à primeira vista parece ser ilógica, o governo comprava café, estocava, e queimava parte deste estoque. Ao fazer isso, manteve as fazendas produzindo, pagando salários aos trabalhadores e estes trabalhadores por sua vez recebendo salários continuavam consumindo, gerando um efeito multiplicador de renda e a economia girando. Alguns estudos como Cano (2015) apontam que o Brasil foi um dos primeiros países a sair da crise de 1929, pois como não permitiu que a “teia” social produtiva se desmantelasse, tão logo o pior da crise passou, a economia já estava mais ou menos organizada.

Já no contexto da pandemia recente, Resende (2020) argumenta que a intervenção anticíclica é a melhor forma de enfrentar a crise econômica resultante da Covid-19 e que a emissão de moeda e o endividamento é o caminho mais seguro para contornar a recessão e o desemprego. Ademais, Fornaro e Wolf (2020) destacam que a propagação do vírus pode gerar uma queda na demanda, acarretando um ciclo de destruição da oferta e demanda principalmente por mecanismos de queda das expectativas em termos de “espírito animal do investidor”. Nesse sentido, os autores recomendam que políticas agressivas de apoio ao investimento possam reverter o ciclo de destruição da oferta e demanda e impulsioná-las retirando-as da estagnação.

A forma com que a política anticíclica será constituída também surge como elemento central no debate, a transversalidade, intersetorialidade e regionalização da mesma, nos sentidos propostos por Marcondes e Sandim (2018), são elementos que podem interferir diretamente em sua efetividade e capacidade de dispersão pelas regiões e setores da economia brasileira, a tempo, evitando assim prolongados períodos com a política feita, mas sem que a mesma chegue a quem é devido. Esta questão se torna ainda mais relevante no âmbito das micro e pequenas empresas.

Outro elemento fundamental, no sentido da efetividade da política é o efeito de coordenação do gasto público, pois determinadas esferas da máquina pública podem ter menor ou maior alcance, ou mesmo, efeitos diferenciados em relação a realização do gasto público e o retorno percebido da economia, Rodrigues e Teixeira (2010), demonstram, por exemplo, a maior efetividade do gasto municipal na geração de crescimento econômico para o caso brasileiro. Determinar os tamanhos de gastos de cada esfera de modo a maximizar os impactos pode ser uma estratégia de coordenação das hierarquias públicas de grande efeito para superação das dificuldades econômicas impostas pelo momento.

3. METODOLOGIA

A análise em questão é complexa, pois trata de um fenômeno ainda em andamento que possui dependência da resolução de uma questão sanitária e de saúde, ou seja, a modificação das rotinas de paralisação das atividades econômicas deve ocorrer com o surgimento de uma vacina para combate da Covid-19, enquanto isso não ocorrer e o surto da doença se mantiver as medidas restritivas podem voltar a tona e a situação de impacto nas empresas ser diferenciada do momento aqui analisado.

Portanto, os resultados e o tipo de pesquisa aqui analisados servem como referência inicial de estudos, e também como uma abordagem inicial da questão a ser respondida. Esta condição impôs os tipos de pesquisa a serem realizados. Além disso, a impossibilidade de abordagem presencial levou ao uso de ferramentas alternativas, mas não menos efetivas.

Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva. Primeiramente exploratória por retratar um fato recente e ainda com poucos estudos completos que permitam prévio embasamento que é o efeito de paralisações bruscas do sistema econômico em pequenos negócios. Descritiva, pois se utilizou do levantamento primário de dados, de forma não amostral, a partir de um instrumento de coleta de dados estruturado para relatar os impactos esperados nos pequenos negócios, sejam eles positivos ou não, descrevendo o cenário posto de uma unidade da federação, permitindo construções úteis para análises posteriores das demais.

Utilizou-se como estratégia fundamental de construção dos resultados a pesquisa primária de dados e a análise exploratória, que trata do uso de elementos da estatística descritiva para organizar e extrair respostas de conjuntos de dados, sem inicialmente fazer uso de modelagens ou testes de hipótese. Por se tratar de fenômeno tão recente o interesse nos dados se justifica muito mais de forma a uma primeira abordagem da realidade, sem o intuito de estabelecimento de juízo de valor. Ao contrário, pretende-se extrair novas hipóteses sobre o tema e sobre caminhos possíveis da política pública.

Para isso procedeu-se a coleta em duas rodadas. A primeira realizada entre 23/03/2020 a 02/04/2020 e a segunda entre 01/04/2020 a 30/04/2020. Por meio de um formulário de respostas on-line, contendo 16 questões objetivas, destinado a empresários do Estado de Mato Grosso do Sul. Na primeira rodada houve um alcance de 321 respondentes. Já segunda rodada de aplicação para o período mais recente seguiu o mesmo formato com algumas mudanças, foram 23 questões objetivas, alcance de 88 respondentes.

O conjunto final foi de 409 respostas com a possibilidade de reposição, tendo em vista a possibilidade de diferentes impactos em diferentes momentos e contextos de paralisação ou flexibilização. A coleta em duas etapas visou dar aprofundamento nas compreensões obtidas após a primeira rodada de questionamentos, além de validar a permanência ou não de alguns fatos tendo em vista a mudança de cenário em relação ao fechamento dos estabelecimentos e medidas tomadas pelos governos. Os questionários foram disparados para associações empresariais e empresários de diversos setores com a indicação de que se tratava de um levantamento científico e de resposta voluntária. Não houve a possibilidade de alteração da resposta depois de enviada.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A seção de resultados encontra-se dividida em três etapas de análise, uma primeira que detalha o problema abordado em perspectiva situando as questões temporais sobre o *lockdown*, na segunda seção são realizadas as análises dos dados levantados a partir dos 409 questionários, por fim tratou-se de uma breve estimativa a partir dos dados da pesquisa e dados secundários sobre a dimensão esperada dos impactos econômicos.

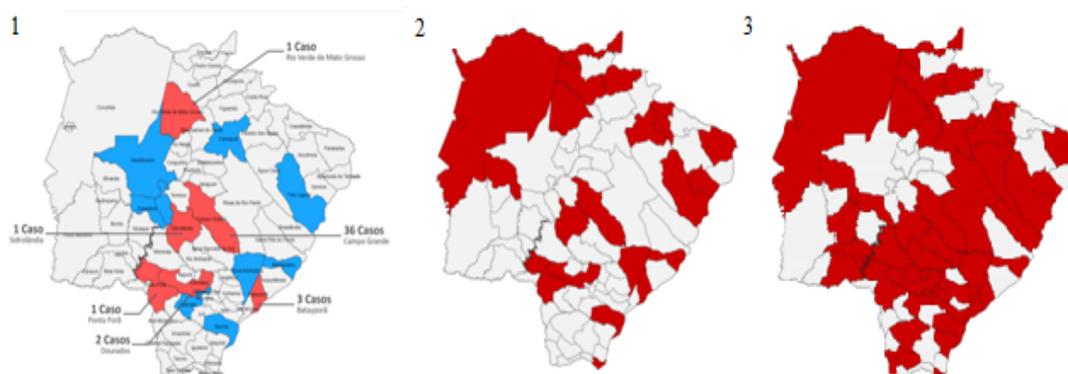
5. CARACTERÍSTICAS E NATUREZA DO PROBLEMA

A primeira rodada coletada abrangeu o período de 23/03/2020 a 02/04/2020, ou seja, a fase inicial das medidas de distanciamento social e da epidemia no Brasil. A segunda rodada, de 01/04/2020 a 30/04/2020, no entanto foi coletada diante de um cenário de início de flexibilização em algumas cidades e Estados, além de um momento de extensa discussão em torno da reabertura ou não do comércio, em vista de alguns discursos de que o “pior já havia passado”.

O caso de Mato Grosso do Sul possui um componente específico, que o governo estadual não decretou nenhuma medida de fechamento, este ato ficou por conta de governos municipais. O governo de Mato Grosso do Sul passou a tomar medidas transversais que pudessem garantir abastecimento de produtos como álcool 70, álcool gel, máscaras e outros suprimentos, além de tratativas de garantia do atendimento na rede pública de saúde.

Tanto as ações de restrição de aglomeração social quanto os níveis de isolamento em cada município variaram de forma significativa ao longo do período analisado e de maneira heterogênea. Este quadro impõe dinâmica ao problema de pesquisa.

Campo Grande, capital do Estado, por exemplo, decretou o fechamento total do comércio em 19 de março de 2020 até o dia 05 de abril de 2020, sendo que o primeiro plano de reabertura gradual passou a valer em 07 de abril de 2020. É importante compreender ambas situações relatadas, primeiro que pelo adensamento empresarial Campo Grande contém um volume significativo de respondentes, segundo que o processo de abertura e fechamento do comércio não ocorreu de forma coordenada em uma ação estado e municípios, mas muito em decorrência do avanço ou não do número de casos em cada município.

Figura 1 – Evolução dos casos de coronavírus no MS em 30/03, 30/04 e 30/05.*

Fonte: Boletim Coronavírus – Secretaria Estadual de Saúde de Mato Grosso do Sul.

***Nota:** Número de casos confirmados por município em 1 – 30/03, 2 – 30/04, 3 – 30/05. Mapa 1 apresenta em azul casos em análise em vermelho casos confirmados.

Os dados de casos confirmados demonstram que ainda após a pesquisa realizada os casos avançaram de forma significativa, Figura 1. Municípios como Campo Grande, deste a primeira data estão no radar de municípios com casos confirmados, e ao longo do avanço dos dias esse número de casos apenas se intensificou. Esta noção de evolução demonstra a complexidade da questão sanitária e econômica vivida, pois a medida que algumas localidades pensam em retomada ou nem mesmo realizaram ações de restrição das aglomerações sociais, outras tem visto o número de casos aumentarem e a necessidade de isolar sua população. Os dados do Brasil, apesar da acentuada concentração em unidades federativas como São Paulo, Rio de Janeiro e Amazonas, com o avanço dos dias adentrou para outras unidades da federação impondo a gestão pública lidar com a construção de medidas para um problema dinâmico e generalizado, e não mais estático e localizado.

A partir desta primeira análise é possível perceber que os desafios de traçar políticas comuns e gerais serão imensos. Uma alternativa parece ser a possibilidade de coordenação entre governo federal, estadual e municipal de forma que políticas regionais anticíclicas possam ser conduzidas. O caráter regional impõe uma ação mais ativa e operacional do ente federativo mais próximo, governo municipal, enquanto governo federal e estadual apóiam com recursos, medidas de caráter macroeconômico, e aporte institucional.

Outra compreensão inicial relevante está nos dados de caracterização dos respondentes, conforme a Tabela 1. Na primeira e na segunda rodadas mais de 90% das empresas são individuais ou de micro ou pequeno porte. Há uma forte predominância do grupo de microempresas (ME). O percentual de grandes e médias empresas entrevistadas não chega a 10%. Este recorte é fundamental, pois delimita claramente o olhar de interesse anteriormente apresentado.

Tabela 1 – Empresas por porte empresarial de acordo com o número de colaboradores.

Porte:*	Rodada 1:		Rodada 2:	
	Nº de Colaboradores:	% Respondentes:	Nº de Colaboradores:	% Respondentes:
MEI	De 0 a 1 colaborador	34%	De 0 a 1 colaborador	11%
ME	Até 9 colaboradores	41%	Até 9 colaboradores	58%
EPP	De 10 a 49 colaboradores	22%	De 10 a 49 colaboradores	25%
MD	De 50 a 99 colaboradores	2%	De 50 a 99 colaboradores	6%
GD	Maior que 99 colaboradores	1%	Maior que 99 colaboradores	0%
Total geral		100%	Total geral	100%

Fonte: Dados da pesquisa seguindo a classificação de porte empresarial da RAIS.

***Nota:** MEI – Micro Empreendedor Individual, ME – Micro Empresa, EPP – Empresa de Pequeno Porte, MD – Média Empresa, GD – Grande Empresa.

Pela alta densidade empresarial os pequenos negócios são os que abrigam grande parte dos vínculos de emprego, contribuindo para formação de importante massa salarial. Segundo dados da RAIS para o MS somam-se 336.324 postos de trabalho gerados nestas empresas, representando 53% do total de postos em 2018. O Brasil também é marcado por esta característica, com 48% do total de postos gerados por estas empresas.

Ainda sobre a questão da geração de emprego, as pequenas empresas são que absorvem normalmente a mão de obra de qualificação baixa e intermediária, além daqueles que estão buscando recolocação e o primeiro emprego, este último grupo normalmente composto por pessoas mais jovens entre 16 e 24 anos. Conforme dados do CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados para novembro de 2019, as pequenas empresas foram responsáveis por 79,6% deste tipo de geração de postos de trabalho.

6. ANÁLISE EXPLORATÓRIA DE DADOS

Uma das maiores especulações sobre os efeitos do *lockdown* é em relação ao quanto o mesmo afetou diretamente o nível de faturamento bruto das empresas. Diante da falta desta informação muito se noticiou em diversas localidades do país um enfrentamento da classe empresarial aos governos locais, no sentido de pressionar para a reabertura, ou para a inclusão do segmento como prioritário ou ainda de medidas de suavização do fechamento. Este argumento sempre centrado na relação causa efeito entre o fechamento e a queda de faturamento. Nesta seção a partir dos dados coletados e analisados é possível extrair conclusões sobre esta questão.

Os principais segmentos das empresas entrevistadas foram serviços, comércio varejista e profissional liberais, estes formalizados como MEI's. Os demais segmentos listados distribuidoras, comércio atacadista, turismo, produtores rurais e indústria somaram juntos cerca de 7% dos respondentes na rodada um, e 4% na rodada dois. O setor de serviços correspondeu aproximadamente 60% das respostas em ambas rodadas.

As indústrias e produtores rurais somam 3% dos entrevistados da primeira rodada, e não houve o alcance de nenhum respondente destes setores na segunda rodada. Apesar disso, os dados da primeira rodada apontam que nestes segmentos 60% sinalizaram redução no faturamento, o tamanho da redução se mostrou significativamente menor que nos demais segmentos, 32% em média. Os outros 40% relataram manutenção do faturamento, o que leva a hipótese de que estes segmentos tiveram um menor impacto inicial que os demais, e que potencialmente os impactos podem ser realmente menores, exceto no caso da contaminação de indivíduos acometerem operários e trabalhadores rurais.

Dos negócios que relataram manutenção incremento de faturamento em ambas rodadas em geral são atividades que independem da circulação de pessoas para geração de negócios, muito vinculados a questões intelectuais de consultoria e assessoria, tecnologia, informática, locação de endereços fiscais e escritórios virtuais e varejo de limpeza e higiene que em decorrência da venda de produtos de higienização, por exemplo, elevou seu faturamento. São em maior número MEs e EPPs, realizaram uma média de demissão de um colaborador por empresa e 50% destas empresas não realizaram nenhuma demissão no período da segunda rodada.

Ainda para as empresas que relataram manutenção ou aumento do faturamento, as questões de desabastecimento se vinculam em maior medida aos motivos de paralisação de indústrias fornecedoras, transportes e a elevação do preço dos insumos. Na maior parte dos casos não relataram aumentos de preços, nem na primeira ou segunda rodada e 33% não adotaram medidas de apoio, destas, 40% por alegarem desconhecimento sobre a adesão destas medidas. Estas empresas representam impactos menos intensos, e é importante que sejam observadas, pois podem ser fontes de maiores análises futuras que contribuam para a retomada da economia.

Quando o olhar se direciona para as indústrias, nota-se que 55% tiveram diminuição no faturamento de 50% dos valores normais. Feita essa análise uma possibilidade de debate é a adoção de medidas da reconversão produtiva, ou seja, o redirecionamento da planta industrial para produção de outro produto que a permita alcançar melhores resultados. Neste caso a conversão pode ser temporária ou perene, e envolve alguns marcos regulatórios a depender da atividade. Existem atividades simples como a confecção de máscaras que podem ser realizadas por indústrias têxteis neste momento, visando dar incremento no faturamento.

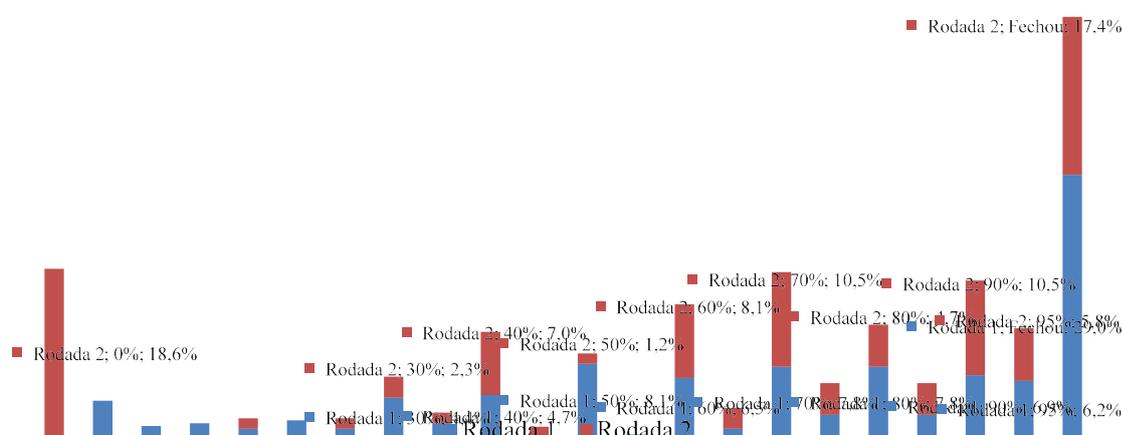
A reconversão produtiva em alguns casos pode ser estimulada pelo poder público com a finalidade de atendimento a demandas do momento, como a produção de álcool gel realizada no Mato Grosso do Sul. Em parceria com o setor privado o governo mobilizou uma indústria sucroalcooleira e uma indústria de refrigerantes para produzir e envasar

álcool gel e assim doar para hospitais, por exemplo. Essa parceria gera oportunidades e conhecimentos futuros relevantes para as plantas produtivas que poderão, concedidas as licenças devidas, operar com esta nova linha de produto.

Analisando os impactos da pandemia nos negócios a Figura 2 demonstra o percentual de redução de faturamento sinalizado pelas empresas. Em vermelho as respostas sobre a redução de faturamento na semana de 16/03/2020 em relação à semana anterior. Em azul a resposta da redução do faturamento a partir de 01/04/2020 em relação à última quinzena de março.

A maioria dos empresários declarou que fecharam e não tiveram faturamento ou tiveram significativa redução no faturamento. Questionados sobre a redução na primeira rodada 94% dos empresários sinalizou redução, já na segunda rodada houve uma redução neste percentual, passando para 80%. Os percentuais de redução de faturamento declarados foram significativamente menores na segunda rodada, inclusive com quase 20% dos respondentes declarando não ter tido nenhuma redução de faturamento em relação à última quinzena de março.

Figura 2 – Percentual de redução do faturamento.



Fonte: Dados da pesquisa.

Ainda com esta redução comparativa de respondentes sinalizando queda do faturamento, quase 50% dos empresários tiveram reduções acima de 60% do faturamento, o que é muito relevante em se tratando de pequenos negócios. Fora o fato dos fechamentos por tempo indeterminado que chegaram a quase 30% dos casos na semana de 16/03/2020.

Outra questão muito relevante apresentada pelos empresários diz respeito às dificuldades de abastecimento, sobre as quais, 51% já haviam enfrentado dificuldades de abastecimento durante a primeira rodada, e 54% na segunda. Dentre os principais motivos sinalizados estão à falta de capital de giro para novas compras, a elevação de preços de insumos e a paralisação de alguns fornecedores. Ponto que agrava esta questão é o relato em ambas rodadas de 30% dos respondentes sinalizando a mudança dos meios de pagamento por parte de seus clientes, onde os mesmos passaram a praticar o uso do cartão de crédito em maior medida.

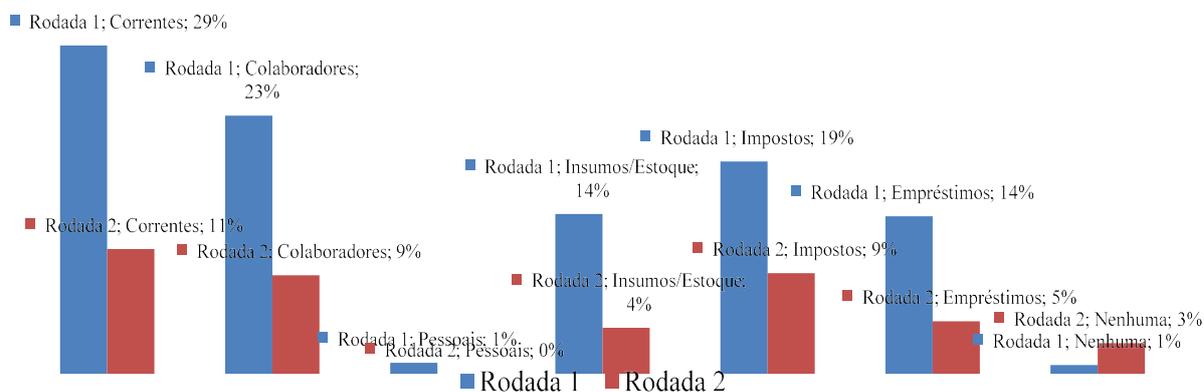
A questão do desabastecimento aqui se faz por facetas distintas, uma pela falta de gestão dos empresários em relação ao seu capital para reposição, mas também por parte da limitação de chegadas de mercadorias, ou da paralisação de fornecedores que impacta não só no abastecimento como em preços, o que acaba por impactar o capital de giro com a perda do poder de compra futuro.

A dificuldade de realização de pagamentos é sem dúvida a mais dramática, 86% dos respondentes alegaram essa dificuldade na primeira rodada, enquanto 77% sinalizaram no mesmo sentido na segunda. Dos pagamentos, as despesas correntes como alugueis, água, luz e demais despesas da operação, normalmente fixas, são as que trouxeram maiores dificuldades de pagamento, seguida por despesas com colaboradores e impostos.

Essas dificuldades tão próximas ao período de paralisação, sobretudo nas respostas da primeira rodada, demonstram junto com a incapacidade de reposição de estoque por falta de capital de giro o quão frágil os pequenos negócios são por operarem de forma alavancada, ou seja, quase sem nenhum capital de giro disponível, ou mesmo com reservas de caixa. O que faz com que em curtos períodos recessivos ou sazonais o negócio perca inclusive capacidade de geração de novos negócios.

O descumprimento destas despesas interfere no funcionamento básico da empresa, mesmo com medidas de flexibilização e retomada do fluxo de pessoas. Sem seu pagamento, além do problema de inadimplência são possíveis sanções ainda mais sérias, como processos trabalhistas, paralisações, a falta de reposição de itens de estoque, ou a falta de crédito para reposição em decorrência do não pagamento de duplicatas realizadas em período anterior ao início da pandemia.

Figura 3 – Principais dificuldades declaradas.



Fonte: Dados da Pesquisa.

Dois situações chamam atenção, a primeira, sobre a falta de capacidade de caixa para a compra de matéria prima e insumos afetarem uma quantidade tão elevada de estabelecimentos, conforme evidente na Figura 3. A segunda, é o dado apresentado pelo questionamento sobre a flexibilização das medidas restritivas, realizada na segunda rodada, 40% dos respondentes sinalizou que não houveram modificações significativas no faturamento e outros 26% sinalizaram que a reabertura impactou negativamente no faturamento.

Diante destes impactos, esperavam-se alguns reflexos nos preços, que seriam oriundos dos repasses das dificuldades de receita, ou do aumento dos preços de insumos, ou ainda por modificações nos meios de pagamentos, e, portanto do recebimento dos empresários. Essa hipótese não se materializou com apenas 4% na primeira rodada e 5% na segunda de empresários que realizaram aumento de preços. Este fato sinaliza para a impossibilidade da ocorrência de uma inflação por parte da oferta, em verdade, tamanha parece ser a recessão gerada pela paralisação que o cenário mais provável é o de deflação.

Quando questionados sobre medidas de auxílio que mais contribuiriam nas duas rodadas verificou-se que a disponibilização de linhas de crédito obteve o maior número de solicitações, seguido por orientações jurídicas e contábeis relacionadas à organização de pagamentos, renegociação de contratos com fornecedores, trabalhistas e isenção de impostos.

A partir do final do mês de março de 2020, foram anunciadas algumas medidas de socorro as micro e pequenas empresas, dentre elas, algumas linhas de crédito para pagamento de salários, outras para capital de giro, em nível mais regional, como foi o caso do MS. Além disso, foram editadas as medidas provisórias que regulamentaram a flexibilização de jornadas de trabalho e salários.

Visando mensurar a adesão dos empresários a estas medidas, na segunda rodada foi inserido um questionamento sobre quais medidas cada empresário havia tomado para mitigar os efeitos já vistos. A resposta alarmante é que 35% dos respondentes não aderiram a nenhuma medida proposta pelo governo, 17% optou por decretar férias coletivas e aguardar a possibilidade de retorno, 18% não aderiu por não saber como calcular as necessidades de empréstimos exatas, ou por falta de conhecimento sobre como conduzir juridicamente as reduções das jornadas ou suspensão do contrato de trabalho. Por fim, dos que aderiram, 65%, 27% optaram por suspender totalmente o contrato de trabalho. Apenas 9% realizou a tomada de empréstimos, sendo que desses 2% em fundos locais.

Apesar do relato inicial de dificuldades, ao serem dispostas as medidas de apoio houveram poucas adesões. A inabilidade em relação a tomada de decisão de escolha a linha de crédito, ao formato de operação e também jurídica e contábil ficou clara em relação ao empresário. Outra questão é os bancos privados foram encarregados da concessão de crédito, há a possibilidade de que estes agentes na eminência do risco de garantias de pagamento em momento tão delicado não sejam credores.

Também na segunda rodada, adicionou-se um questionamento relacionado a possibilidade de aumento do faturamento. Apenas 3% dos empresários sinalizaram esta possibilidade, sendo que ela ocorreu no setor de serviços em decorrência dos serviços de *delivery*. Cerca de 17% dos empresários responderam que houve manutenção do faturamento durante o período da segunda rodada, seguindo a mesma característica em relação aos demais que pontuaram aumento de faturamento.

Há aqui uma questão adaptativa implícita. O efeito surpresa de paralisação causa um recuo imediato em relação ao faturamento, porém, colocados em nova realidade alguns negócios criam medidas próprias de adaptação que permitem a concretização de negócios e geração de faturamento, o que em momento de enorme redução pode auxiliar na manutenção de um faturamento mínimo de equilíbrio. Porém, esta situação não é possível para todos segmentos empresariais, o turismo, por exemplo, não tem a possibilidade de mandar entregar uma viagem.

Um fato estilizado é que em ambas rodadas grande maioria das empresas sediadas em pontos de rua, ou em centros comerciais e shoppings, essas localizações implicam normalmente na circulação de pessoas para geração do faturamento. Outro dado que reafirma esta condição é a redução do movimento nos negócios ter ocorrido essencialmente nas vendas ao consumidor final no salão da loja. O que depõe no seguinte sentido, os negócios analisados são significativamente dependentes do fluxo de pessoas em suas portas para que haja a realização de negócios, por conseguinte faturamento.

Através destes dados, podemos observar que os fechamentos são sim nocivos ao faturamento das empresas, as linhas de crédito são imprescindíveis nesse momento, também fica evidente com o auxílio financeiro como principal necessidade, a fragilidade de capital de giro destas empresas. Isto pode ser grave, pois sem capital de giro os negócios podem caminhar para falência, agravando o desemprego e a falta de tração da atividade econômica para uma futura retomada. Além disso, a dificuldade de acesso ao crédito demonstra certo “empoçamento” do mesmo no sistema bancário em linha com o aventado por Júnior e Santa Rita (2020).

7. ESTIMATIVAS DOS IMPACTOS EM FATURAMENTO E EMPREGOS

Quando analisados os impactos reais provocados no faturamento, a partir das informações fornecidas de faturamento médio e percentual de redução diante das medidas restritivas, foi constatado que no período da primeira rodada 209 milhões de reais deixaram de circular na economia sul mato grossense, sendo mais 120 milhões verificados no segundo período. Um total de 330 milhões, com uma queda média entre as duas rodadas de 65% de faturamento bruto para as empresas respondentes. A Tabela 2 resume as estimativas.

Tabela 2 – Evolução e média da redução do faturamento nas etapas de pesquisa.

Etapa:	Faturamento Médio Mês:	Média de Redução:	Redução Real:
Rodada 1	636,743,658.00	71%	209.474.759,50
Rodada 2	190,392,220.00	59%	120.704.730,00
Total:	827.135.878.00	65%	330.179.489,50

Fonte: Dados da pesquisa.

Além do impacto em termos de geração e circulação de renda, há também significativa preocupação com a manutenção dos postos de trabalho, pois a queda do faturamento pode ocasionar como visto dificuldade de pagamento de salários, levando assim a demissões. Como a primeira rodada de questionamentos não tratou das demissões por ter sido efetivada logo no início das medidas restritivas, a segunda rodada incluiu esta questão.

Os dados revelaram que apenas 33% das empresas não realizaram nenhuma demissão. Enquanto 67% dos entrevistados realizaram a demissão de 1 a 24 colaboradores no período de primeiro a trinta de abril. Os que demitiram entre 1 e 5 colaboradores somam 51% do total de empresas respondentes. Uma breve simulação hipotética, mantida a proporção de demissões evidenciada em todo o estado, com 50% das empresas desempregando entre um e cinco colaboradores seriam cerca de 23% de desempregados em relação ao total de postos de trabalho de 2018, último dado

divulgado pela RAIS. Esta simulação pode se tornar realidade a medida que novos surtos da doença aconteçam, e medidas restritivas deverão ser adotadas, ou mesmo, pela demora e debilidade de medidas de socorro as empresas.

Das empresas que relataram redução do faturamento na segunda rodada 72% realizaram demissões, neste grupo estão as empresas que realizaram maiores volumes individuais de demissões. Além disso, 34% não acessaram nenhuma medida de apoio por desconhecimento, ficando claro, que diante do fechamento, e da incapacidade ou inabilidade de acesso a medidas de apoio e a crédito as empresas demitiram mais e foram mais afetadas.

Os dados mais recentes de abertura e fechamento de empresas apresentados pela Junta Comercial de Mato Grosso do Sul – JUCEMS apontam certa estabilidade de aberturas e fechamentos entre março e abril. Porém, quando observados os dados de maio há um forte crescimento do número de fechamentos, que ocorreram de forma mais intensa no comércio varejista. Além disso, houve também uma redução no número de abertura de empresas. Estes movimentos são bastante concentrados em cidades como Campo Grande e Dourados.

Portanto, por meio das análises dos dados coletados e dos trabalhos de Resende (2020) e Wolf (2020) é possível apontar que o melhor direcionamento no combate a esta crise oriunda da pandemia, é a realização de políticas de intervenção impedido que ocorra uma destruição da oferta e da demanda, o que pode contribuir, sobremaneira com uma recuperação mais acelerada, além de mitigar os impactos negativos.

8. CONSIDERAÇÕES E SUGESTÕES DE POLÍTICAS

O objetivo do trabalho foi melhor compreender as dificuldades dos empresários, sobretudo pequenos, neste momento de enfrentamento a crise do novo coronavírus. Assim como em outros momentos de crise, o histórico debate sobre o papel do estado é reavivado. Diante do atual momento as principais medidas adotadas pelos governos municipais tem sido as medidas de isolamento social.

No entanto, a compreensão teórica posta é que o custo de uma atuação ainda mais intensa do estado é menor que um enfrentamento franco de empresas a crise sanitária agravadas pelas medidas de isolamento. Deste ponto de partida, o estado deve atuar mais. Atuar de que forma e onde, são questões que se fazem então imediatas, e são pontos que serão aqui também debatidos além das considerações construídas a partir dos dados analisados.

Uma sinalização prévia oferecida pelos dados de avanço de contaminados pelo Covid – 19 no MS e Brasil demonstram que os desafios regionais serão imensos, pois dadas diferentes condições e a temporalidade de avanço da doença, bem como as diferentes medidas tomadas em cada localidade, cada qual ao seu tempo, produzirão especificidades regionais estilizadas no campo sanitário, econômico e social. Aqui reside o primeiro elemento particular que torna a formulação de políticas complexas. Tanto para combate da doença, quanto para a flexibilização e retomada das atividades.

Diante destes fatos parece haver a necessidade de se repensar a feitura da política pública, pois a necessidade de urgência efetividade das mesmas são próprias ao momento. Além desse olhar é preciso compreender que a formulação de política a nível regional, deve ficar com a curva de manobra muitíssimo amarrada, pois estados e municípios se apresentam muito endividados e com dificuldades de conduzir políticas que tenham eminência de gasto, além, do efeito dos bloqueios que também diminuiram arrecadação destes entes, o que torna ainda mais dramática a questão.

Alguns dos principais elementos apontados na pesquisa em resposta ao objetivo são que ocorreu um grande impacto em termos de faturamento; um dos pontos de maior dificuldade em relação às medidas de apoio foi o acesso ao crédito; capital de giro e fluxo de caixa são pontos de extrema atenção nesta crise, ficando evidente a inabilidade de gestão financeira dos negócios de pequeno porte; existe um “sinal amarelo” em termos de possibilidade de desabastecimento; dificuldades de pagamentos de impostos, salários e despesas correntes foram encontradas na pesquisa. Portanto é possível concluir que pequenos empresários e MEI’s são significativamente afetados, pela falta de circulação e de acesso ao público.

Diante deste impacto significativo é esperado um período de grande recessão, com níveis muito baixos da atividade econômica, com uma queda substancial do comércio varejista e do setor de serviços, mais representativo e aparentemente, maior afetado no levantamento realizado. Este movimento recessivo deve gerar deflação na economia, tamanha será a redução esperada na atividade econômica, caso se concretizem os cenários estipulados. A indústria parece ter sido impactada, em menor intensidade neste primeiro momento, porém, este status deve se manter somente

se as contaminações não se estenderem aos operários, ensejando a paralisação de plantas por inteiro. No MS verifica-se um debate em torno da implantação de planos de biosegurança, sobretudo na produção de alimentos.

Neste contexto, na esfera macroeconômica é urgente uma política de intervenção por meio do Banco Central, bancos públicos, governos em suas diversas esferas e demais agentes de fomentos, garantindo uma política de apoio a uma renda mínima aos vulneráveis com estabilidade e previsibilidade pelo menos por doze meses, para que além da questão social e de dignidade da pessoa humana, também garanta uma demanda mínima, e assim a sobrevivência dos negócios e a manutenção do emprego.

Assim, são fundamentais quatro pilares i) políticas de renda mínima e orçamento anticíclico para garantir algum nível de demanda na economia; ii) políticas de crédito com juros baixos, prazo e carência longos; iii) políticas de saúde para estancar a pandemia; iv) planejamento sanitário para garantir ao menos um nível médio de produção pelo lado da oferta para evitar desabastecimento e desarticulação produtiva.

No nível microeconômico as políticas devem ter como objetivos: a) fazer com que chegue até a “ponta” crédito em volume adequado com taxas de juros, se possível próximas de zero; b) proporcionar empréstimos com prazo de carências que sejam adequados a sobrevivência dos negócios no pós pandemia; c) apoio educacional urgente para uma melhor administração do fluxo de caixa, sobretudo nos pequenos negócios; d) medidas de apoio sanitárias e planejamento de saúde por um comitê multidisciplinar que busque atender condições de segurança em saúde e algum contato social; e) os empresários necessitam manter contato estreito com as autoridades econômicas e de saúde, conhecer o perfil de seu cliente para adotar uma estratégia de contato mantendo a segurança sanitária, apostar em marketing digital, *delivery*, redobrar a qualidade no atendimento, buscar parcerias com players experientes em tecnologias de ponta, adotar protocolos para realizar um atendimento seguro de acordo com as recomendações de saúde e das autoridades.

A concessão de crédito por meio de entes financeiros públicos ou com participação pública como a Caixa Econômica, Banco do Brasil e BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, ou ainda bancos regionais, ou por linhas de crédito regionais, no caso do Mato Grosso do Sul o FCO – Fundo Constitucional do Centro Oeste, pode facilitar a chegada de crédito aos pequenos negócios com garantias negociáveis e factíveis, evitando o possível problema de empoçamento e do avanço de fechamentos e demissões.

Um olhar específico para o consumidor alinhado aos dados da pesquisa é preciso, mesmo com as recentes flexibilizações os empresários não sentiram aumentos em seus faturamentos, em alguns casos alegaram ter perdido mais faturamento. Este fato se dá devido há alguns motivos específicos, primeiro a insegurança sanitária que ainda permanece. Segundo que diante do confinamento, outras formas de consumo não presencial tem feito parte do dia a dia dos consumidores. Terceiro fato é que houve uma geral minoração da renda da população, em momentos de restrição orçamentária as cestas de consumo tendem a ficar também contraídas em quantidade ou qualidade.

Os negócios em geral além de necessitar de políticas de fomento, parecem ter também outros desafios pela frente, dentre eles o processo de transformação digital e de reposicionamento de mercado em relação a novas necessidades como o *delivery* e os protocolos sanitários são não só urgentes como intensos, pois demandam revisão estratégica do modelo de negócios, impondo necessidade de investimentos em tecnologia e reordenamento de custos estruturais. Diante deste dado, a pandemia se faz um marco para uma posterior seleção de negócios mais competitivos pelo próprio mercado, onde a competitividade será medida pela capacidade de adaptação a essas realidades.

Uma questão reflexa a este impacto verificado é a retração do investimento privado. Com esse desajuste em termos das expectativas dos empresários e também com a significativa redução de faturamento, novos investimentos também serão retardados, ou mesmo cancelados, o que minimiza ainda mais as chances de mais rápida recuperação econômica futura caso não haja adequada atuação. Diante deste tema a possibilidade da reconversão produtiva pode minimizar estes impactos.

Além disso, parece eminente a necessidade de alinhamento entre os entes federativos, ao analisar o caso do MS é possível ver que uma atuação alinhada sem a sobreposição de ações e sem disputa de poder e política, podem garantir fluidez e agilidade nas ações, como discutido necessidades próprias da política pública para o atual momento. Fato que valerá maior exame no pós pandemia é o efeito dos gastos em suas diferentes esferas, porém, os gastos dos entes municipais e estaduais parecem ser mais efetivos no sentido do alcance, por isso, políticas públicas em caráter regional bem calibradas em acordo com a necessidade de cada região certamente contribuirão em maior grau para a recuperação econômica.

Um novo cenário econômico se monta, demissões e fechamentos deixarão o mercado mais esvaziado e com menor atividade, porém não menos competitivo. A digitalização, o *homeoffice*, e outros aprendizados que antes pareciam estar no campo das idéias foram para a prática em uma incrível velocidade, impondo aos pequenos empresários novas formas de competir e de estruturar seus negócios.

No âmbito da política pública, o aprendizado se torna também imenso, vivenciamos certa inoperância e a demora de resposta das estruturas públicas no cenário da saúde e economia, a inabilidade de agir rapidamente e de forma precisa, coordenada e com estratégias regionalizadas salta ainda mais aos olhos da opinião pública neste momento, mais forte na classe empresarial que como visto sofrerá fortemente os impactos. Como então adaptar a tomada de decisão, estratégia e poder de ação público são as agendas dos pesquisadores da área para os dias que virão.

REFERÊNCIAS

- BANCO CENTRAL DO BRASIL. (2020). Focus - Relatório de Mercado. Banco Central do Brasil, Brasília.
- CANO, W. (2015). Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: a reconstrução do Estado Nacional e a política nacional de desenvolvimento. *Revista de Economia Política*, 35 (3), 444-460.
- FORNARO, L., & WOLF, M. (2020). Covid-19 coronavirus and macroeconomic policy. Centre for Economic Policy Research (CEPR), p. Discussion Paper Nº. DP14529.
- FURTADO, C. (2007). Formação Econômica do Brasil (34 ed.). São Paulo: Companhia das Letras.
- HAYEK, F. A. (1977). O caminho da servidão (2 ed.). São Paulo: São Paulo.
- JUNIOR, R. R., & SANTA RITA, L. P. (2020). Impactos da Covid-19 na economia: limites, desafios e políticas. *Cadernos de Prospecção*, 13, 459.
- KEYNES, J. M. (1936). *The general theory of interest, employment and money*. London: MacMillan.
- MARCONDES, M. M., SANDIM, T. L., & DINIZ, A. P. (2018). Transversalidade e Intersetorialidade: mapeamento do debate conceitual no cenário brasileiro. *Administração Pública e Gestão Social*, 22-33.
- MATO GROSSO DO SUL - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. (2020). Estatísticas. Acesso em 10 de Maio de 2020, disponível em JUCEMS: <http://www.jucems.ms.gov.br/informacoes/estatisticas>.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO. (2016). CAGED - Cadastro geral de empregados e desempregados. Acesso em 01 de Maio de 2020, disponível em Programa de disseminação das estatísticas do trabalho: <http://pdet.mte.gov.br/acesso-online-as-bases-de-dados>.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO. (2016). RAIS - Relação anual de informações sociais. Acesso em 01 de maio de 2020, disponível em programa de disseminação das estatísticas do trabalho: <http://pdet.mte.gov.br/acesso-online-as-bases-de-dados>.
- RESENDE, M. F. (2020). Emissão de moeda e dívida durante a pandemia do Covid-19. CEDEPLAR.
- RODRIGUES, R. V., & TEIXEIRA, E. C. (2010). Gasto público e crescimento econômico no Brasil: uma análise comparativa dos gastos das esferas do governo. *Revista Brasileira de Economia*, 64, 423-438.
- SIMONSEN, Mario Henrique. (1983) *Dinâmica macroeconômica*. McGraw-Hill, São Paulo.
- SNOWDON, B., Vane, H. R. (2005) *Modern macroeconomics: its origins, development and current state*. Cheltenham, UK: Edward Elgar.